

“Exagerada” a intervenção do Estado na economia, diz Mailson

por Thais Bastos
de Brasília

Falando ontem a cerca de 150 empresários e políticos presentes ao seminário “Investimentos para a retomada da expansão econômica”, em Brasília, o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, reconheceu a “exagerada” intervenção do Estado na economia, e detectou, entre os pontos que dificultam hoje a retomada dos investimentos públicos e privados, a incerteza dos rumos da Constituinte, da inflação e a dívida externa.

A “visível” queda dos investimentos do setor público nos últimos anos tem como causa, segundo o ministro, o desvio da poupança interna para os compromissos financeiros da dívida externa e interna do Estado, e do lado do setor privado, a redução dos investimentos reflete, no entender de Ferreira da Nóbrega, a insegurança dos agentes econômicos com o futuro do País, e a queda na captação de poupança externa.

Feito o diagnóstico, o ministro prometeu que a causa básica da inflação — o

déficit público — será combatida sem trêguas, mencionando o orçamento unificado da União, aprovado pelo Congresso, como o “passo institucional mais importante no campo monetário dos últimos cem anos”. De acordo com ele, o antigo orçamento monetário depositava nas mãos do ministro da Fazenda a decisão de liberar ou não recursos, e que a partir deste ano, “o ministro que disser não a um pleito de verbas estará respaldado pelo Congresso, protegido pela lei”, o que resultará em maior controle dos gastos públicos.

Ferreira da Nóbrega afirmou ainda que o governo vai adotar uma política monetária ativa, evitando liquidez desnecessária e juros negativos e ainda “algum” controle de preços, notadamente nos setores monopolistas e oligopolistas e tarifas públicas, de forma a conter a aceleração das taxas de inflação.

ACORDO EXTERNO

No campo das negociações externas, Ferreira da Nóbrega afirmou que é preciso que o Brasil formalize “rapidamente” um acordo

de médio prazo com os bancos, não só pelas incertezas que a indefinição das negociações vem provocando, mas também “por razões de economia”, uma vez que as taxas de risco que vêm sendo pagas pelo Brasil são substancialmente maiores que as negociadas por outros países, que já passaram por acordos com o comitê de bancos. Em seguida, segundo o ministro, o País retomará negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que, além de significar um importante aporte de recursos, “fará fluir as negociações com outros organismos”, como o Banco Mundial e o Clube de Paris.

Ao final do discurso, improvisado, o ministro da Fazenda foi muito aplaudido pelos empresários, o que, na interpretação de Amaury Temporal, presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, reflete “o reconhecimento do setor empresarial, aos esforços do ministro, que tem mostrado clareza, vontade de ouvir e discernimento maior na condução das negociações externas”.

Aplausos à parte, os em-

presários cobraram ações práticas do governo, além de mudanças no discurso. Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do grupo siderúrgico Gerdau, salientou que no curto prazo as perspectivas de melhoria para a economia brasileira não existem.

Segundo ele, o governo vem aumentando, nos últimos anos, sua intervenção na economia, continua dando tratamento “frouxo” aos gastos públicos e iniciando investimentos externos com as incertezas na condução da política econômica. “O trabalho e o capital produtivo continuam sobretaxados, de forma a sustentar o ócio e a corrupção”, afirmou.

Antônio Teixeira da Silva, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), reclamou maior liberdade para o setor privado na política de preços e margens de ganho, e alertou o Congresso Constituinte para que “faça justiça” na análise da remuneração das empresas brasileiras de capital estrangeiro, “de forma a não dificultar ainda mais a entrada de capital externo no País”.